



Silabários para o ensino da leitura e da escrita no aqui e no além-mar (Séculos XVI-XX)

Syllabaries for the teaching of reading and writing here and overseas (16th-20th Centuries)

Silabarios para la enseñanza de la lectura y la escritura aquí y más allá del mar (Siglos XVI-XX)

Organização

Claudia Panizzolo
Universidade Federal de São Paulo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-3693-0165>
<http://lattes.cnpq.br/7842950333039932>
claudia.panizzolo@unifesp.br

Juliano Guerra Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-7101-0116>
<http://lattes.cnpq.br/1944535179478135>
professorjulianoguerra@gmail.com

Apresentação

Abecedários, cartas de ABC, cartilhas, livros de leitura e silabários constituíram, no Brasil e em outros países do Ocidente, especialmente a partir do século XIX, os principais materiais utilizados para o ensino da leitura e da escrita. Embora esses livros possuísem denominações diferentes, apresentavam características similares e, muitas vezes, as legislações voltadas ao livro escolar não mencionavam suas particularidades.

As investigações, especialmente sobre esses artefatos nos países lusófonos, têm observado que eles compartilham semelhanças em diversos aspectos, como materialidade, conteúdo e organização didática. No Brasil, por exemplo, cartas de ABC e silabários, conforme aponta Frade (2010, p. 276), “por vezes parecem designar o mesmo material e, em outras ocasiões, parecem ser outro suporte”.

Em nossas experiências de pesquisa sobre a cultura material escolar na área da história da alfabetização, leitura e escrita, tanto no território brasileiro quanto em contextos transnacionais, observamos que certos impressos despertaram mais atenção dos/as pesquisadores/as, resultando em um maior volume de estudos, como é o caso das cartilhas e dos livros de leitura. Em comparação, outros tipos de livros, como os silabários, são menos investigados, o que nos leva à proposição deste dossiê temático no âmbito da *Revista Cadernos de História da Educação*.

Os/As convidados/as são daqui (Brasil) e do além-mar (Portugal e Itália) e foram chamados a analisar impressos que, em seus países, recebiam a denominação de silabários, permitindo-nos refletir tanto sobre a materialidade quanto sobre a proposta metodológica desses livros. Os textos presentes no dossiê também abordam a complexidade das apropriações dos silabários para o ensino da leitura e da escrita em diferentes contextos, do século XVI ao XX.

O primeiro artigo, de autoria de Justino Magalhães, intitulado “Da *Arte de Silabar* aos modernos silabários da língua portuguesa: a persistência da língua ensinada”, traça um percurso pelas características dos silabários desde o século XVI, buscando compreender sua longa duração na cultura material escolar, não apenas em Portugal, mas também em países de língua francesa, inglesa e castelhana. O autor demonstra que esses impressos visavam à uniformização da língua a ser ensinada, além de estabelecer princípios para a escolarização. Ainda hoje, embora com estratégias e visualidades mais modernas, os exercícios típicos dos tradicionais silabários permanecem presentes. Magalhães também apresenta elementos que evidenciam como os silabários foram apropriados para o ensino da leitura e da escrita, constituindo a base da consolidação de uma “pedagogia escolar”.

Na sequência, temos dois textos de autoria de duas pesquisadoras e um pesquisador da Itália, que lançam luz sobre os silabários italianos.

Alberto Barausse, em “Silabários e exercícios de leitura na Itália da pós-unificação até o final do século XIX: produção, circulação e métodos”, apresenta um vasto repertório de silabários e exercícios de primeiras leituras no contexto escolar e editorial italiano entre a unificação e o final do século XIX. A partir de uma diversidade de fontes — como elencos de silabários e materiais complementares coletados pelos Conselhos Escolares Provinciais e inspetores escolares durante as investigações promovidas pelo Ministério da Instrução Pública em 1869 e no período de 1875 a 1881, além de repertórios e catálogos impressos e digitais —, Barausse destaca as características dos silabários e das primeiras leituras do ponto de vista linguístico e educacional, considerando os programas de estudo das escolas primárias e o desenvolvimento do setor editorial e tipográfico.

“Imparare a leggere e scrivere in Italia nel primo Novecento: il sillabario *Api sui fiori* di Marcellina Cappelli Bajocco” (Aprender a ler e escrever na Itália no início do século XX: o silabário *Api sui fiori* de Marcellina Cappelli Bajocco), de Nicole Panzera e Michelina D’Alessio, apresenta a professora Marcellina Cappelli Bajocco como representante de um perfil de formação da Itália do início do século XX. A pesquisa aborda sua trajetória como docente e autora de uma série de livros composta por um silabário e livros de leitura até a quinta classe elementar, intitulada *Api sui fiori* (Abelhas nas flores). As autoras investigam especificamente o silabário destinado à alfabetização, analisando sua estrutura e articulação para compreender os conteúdos apresentados e os métodos empregados. Além disso, Panzera e D’Alessio nos convidam a explorar o percurso da produção, recepção e circulação desse material, considerando sua trajetória editorial e seu impacto educacional.

No contexto brasileiro, os três últimos artigos explicitam as características de silabários produzidos no Brasil em diálogo com a produção internacional, sobretudo do século XIX.

Em “História do ensino da leitura no Brasil e os silabários do século XIX”, de Juliano Guerra Rocha, é apresentado um levantamento dos silabários produzidos e/ou divulgados na imprensa brasileira oitocentista, com o objetivo de caracterizar esses impressos a partir de suas definições e representações. Rocha realiza uma pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, na qual inventariou 34 silabários que circularam pelo país no século XIX. Desse conjunto, selecionou três silabários de autores brasileiros para uma compreensão dos ideários que difundiam sobre o ensino da leitura no Brasil. O autor demonstra que, ao contrário do que muitos estudos sugerem, os silabários se constituíram como livros com abordagem metodológica explicitada, influenciando e sendo influenciados pelos princípios difundidos sobre a escolarização da leitura no oitocentos.

Terciane Ângela Luchese, no artigo “*Amiamo molto l’Italia, quantunque lontani*: um silabário italiano impresso em Pelotas/RS, a contribuição do professor Malan”, apresenta aos/às leitores/as a análise de uma obra rara, descoberta no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul/RS: o *Sillabario ad uso dei figli dei coloni italiani della provincia di Rio Grande del Sud per imparare contemporaneamente a leggere ed a scrivere* (Silabário para uso dos filhos dos colonos italianos da província do Rio Grande do Sul para aprender contemporaneamente a ler e a escrever), do professor e agente consular italiano Gian Pietro Malan. A obra foi publicada por uma famosa editora e livraria de Pelotas/RS, provavelmente em 1885 ou 1886, e foi escrita para subsidiar as aulas de escolas italianas no contexto riograndense. No artigo de Luchese, compreendemos quem foi o autor e como a obra foi organizada, em sintonia com outras produções italianas e brasileiras do período.

O texto de Claudia Panizzolo, intitulado “O *Syllabario Escolar* de Miguel Maria Jardim e a doutrina mnemonizada para o aprendizado da leitura (1878)”, analisa a produção, a materialidade e a circulação de um silabário ainda pouco conhecido, denominado *Syllabario Escolar*. Essa obra foi produzida por Miguel Maria Jardim, nascido em Portugal em 1841 e naturalizado brasileiro em 1877. Panizzolo apresenta a trajetória do professor Miguel Maria Jardim no magistério público fluminense, explorando sua formação e atuação a partir de uma extensa pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Esse acervo permitiu à autora identificar as estratégias de divulgação do *Syllabario Escolar* em diversas províncias brasileiras, além de apontar a possível influência da maçonaria como patrocinadora das doações da obra. Em seguida, a autora analisa em detalhe o *Syllabario*, localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, investigando sua concepção de leitura e aprendizagem. Por fim, Panizzolo discute o papel desse material no contexto educacional da época, considerando as disputas existentes em torno dos métodos de alfabetização.

Por fim, muitos são os aspectos que os artigos do dossiê nos convidam a refletir sobre os silabários. Para encerrar, queremos destacar dois deles. O primeiro diz respeito à materialidade desses impressos, em sua grande maioria em formato códice, o que demonstra a vinculação a uma visualidade e editoração próprias. Esses silabários não se constituíam apenas de livros com tabelas contendo o alfabeto e sílabas, mas também como propostas que orientavam uma metodologia para ensinar a ler e a escrever, majoritariamente vinculada aos

métodos sintéticos de soletração e/ou silabação. Diferentemente das chamadas cartas de sílabas e de muitos silabários que eram impressos sem autoria, mencionando apenas a editora ou livraria, os silabários analisados nos seis artigos têm um/a autor/a que trouxe uma abordagem que julgava ser moderna ou eficaz para o aprendizado da leitura e da escrita. Outrossim, as produções no aqui e no além-mar têm, de certa forma, muitas similaridades, já que buscavam uma identidade nacional e vinculavam textos com um cunho moral, ético e cívico, com o intuito de formar uma criança obediente a Deus, ao Estado, aos pais e aos mestres. Ou seja, não é possível pensar na análise de uma produção editorial sem cotejá-la com o que circulava antes e no período em que foi produzida, não apenas no seu país de origem, mas também em outros países. Nesse sentido, a busca não será por um “marco zero” dos impressos para ensinar a ler e escrever, que influenciou toda a produção subsequente, mas sim por compreender que há uma polifonia e um dialogismo imanentes, nos termos do filósofo Mikhail Bakhtin, na análise que se pretende fazer dos livros destinados ao ensino da leitura e da escrita.

Ademais, o dossiê nos convida a ampliar as pesquisas sobre os silabários, não apenas em outros países de língua portuguesa, mas também em nações de diferentes idiomas, tanto na América Latina quanto em outros continentes, no Ocidente e no Oriente. Essas obras recebiam a mesma denominação ou outra distinta? Como foram apropriadas ao longo da história? No caso brasileiro, é preciso ir além da perspectiva de que o país apenas importou ideários e modelos de organização de impressos escolares. Torna-se fundamental aprofundar a análise sobre como o Brasil também exportou conceitos e abordagens metodológicas para o ensino da leitura e da escrita, tanto em contextos institucionalizados, como nas escolas, quanto em espaços domésticos ou em outros ambientes socioculturais diversos.

Referência

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Uma genealogia dos impressos para o ensino da escrita no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n.44, p.264-281, mai./ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200005>.